

Brasília, 28 de novembro de 2022.

Ao Grupo Técnico da Saúde do Gabinete de Transição

Assunto: Prioridades na perspectiva da saúde da Pessoa com Deficiência

A Comissão Intersectorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (CIASPD) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) vem respeitosamente apresentar ao Grupo Técnico - Saúde, por intermédio do membro Senhor Fernando Pigatto, prioridades para serem discutidas na perspectiva da saúde da pessoa com deficiência, como descritas a seguir:

1. Retomar no orçamento de 2023, no mínimo, o valor do exercício de 2022 – R\$ 146.500.00,00 + adicional à inflação (Ementa Constitucional 95). De acordo com a avaliação preliminar realizada pela COFIN/CNS – PLOA 2023, o corte do orçamento para o ano de 2023, referentes às rubricas diretamente voltadas às ações em saúde das pessoas com deficiência¹, totalizam R\$ 85.425.687,00, ou seja, um corte significativo que **inviabiliza** alcançar os planos e metas do Plano Nacional de Saúde voltados para esta população, assim como realizar **reabilitação pós-COVID-19**;
2. Incluir a Vacinação contra a Covid-19 no Plano Nacional de Imunização e, como previsto na Lei nº 13.146/2015, que determina que “a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário” e “em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança”, pessoas com deficiência sejam consideradas grupo prioritário;
3. Determinar a regulamentação do Art. 2º da Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), considerando exclusivamente o documento 13² do relatório final produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência (Decreto 10.415/2020). Referido documento foi construído respeitando o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM), validado pela Universidade de Brasília (UnB) e defendido pelo

¹ 21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde e 8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

²

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/PropostadeInstrumentodeAvaliaoIFBrMcomajustesversorelatriofinaldoGTI.pdf>

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Deve-se ainda estabelecer periodicidade da avaliação do instrumento para aperfeiçoá-lo e diálogo com o movimento de pessoas com deficiência.;

4. Atualizar a Tabela de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM), incluindo novas tecnologias e adequando os valores de repasse aos municípios, para que a aquisição de tecnologias assistivas possam ser compatíveis com os custos e necessidades reais enfrentadas pelo segmento;
5. Garantir que toda a habilitação de serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) seja pactuada com a gestão municipal, estadual e federal e que estejam em consonância com o modelo de cuidado disposto na Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência;
6. Fortalecer as estruturas regulatórias e estabelecer fluxos na rede de modo a garantir a integralidade da atenção, incluindo estímulo à constituição de grupos condutores estaduais específicos para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) e, na situação em que exista grupo condutor único para todas as redes, que seja constituído Grupo de Trabalho (GT) para a atenção à saúde da pessoa com deficiência, com a participação de usuários com deficiência;
7. Estabelecer prioridades e incentivos à criação, e ampliação de modalidades de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e Oficinas Ortopédicas em regiões de saúde ainda não contempladas, incluindo zonas rurais, respeitadas as normas de organização das Redes de Atenção à Saúde - RAS do SUS;
8. Garantir a integralidade do atendimento das pessoas com deficiência, através do desenvolvimento de cursos de qualificação e educação permanente - com abordagem anticapacitista e em diálogo com os usuários com deficiência - para gestores e trabalhadores na/da saúde nos três níveis de atenção, considerando gênero, raça, etnia, orientação sexual e ciclo de vida da pessoa com deficiência;
9. Retomar o financiamento pelo Governo Federal do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) como forma de ampliar a força de trabalho qualificada da RCPD;
10. Retomar o Programa Saúde na Escola (PSE), incluindo ações de prevenção à violência contra estudantes com deficiência e à formação de agentes de saúde para o

reconhecimento de sinais de violência, orientação e articulação para encaminhamentos em rede.

O documento contou com a participação de integrantes da CIASPD, e suas respectivas instituições, assim como as seguintes entidades, movimentos, grupos de pesquisa, militantes e pesquisadores da área da deficiência:

1. ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas (Ciaspd)
2. ADB - Aliança Distrofia Brasil (CIASPD)
3. AME - Amigos Múltiplos pela Esclerose (CIASPD)
4. SUPERANDO - Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras (CIASPD)
5. RB - Retina Brasil (CIASPD)
6. ABRA - Associação Brasileira de Autismo (CIASPD)
7. APNPR - Pastoral Nacional do Povo da Rua (CIASPD)
8. ABENFISIO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM FISIOTERAPIA (CIASPD)
9. CFP - Conselho Federal de Psicologia (CIASPD)
10. FENAS - Federação Nacional Dos Assistentes Sociais (CIASPD)
11. COFFITO - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CIASPD)
12. SBFA - Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (CIASPD)
13. CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CIASPD)
14. FENAFISIO - Federação Nacional das Associações e Empresas de Fisioterapia (CIASPD)
15. ABRAÇA - Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas
16. AMPID - Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência
17. Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência
18. Eu Me Protejo
19. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz-RJ;
20. FBASD - Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
21. Instituto Cáue - Redes de Inclusão
22. Mangata - Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre Deficiência
23. MBMC - Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão
24. Rede-In - Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

25. Redecin Brasil - Grupo de Estudos da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência
26. VNDI - Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam
27. Ana Cláudia Mendes de Figueiredo. Advogada. Ex - conselheira do CONADE e representante titular deste Conselho no Grupo de Trabalho Interinstitucional - sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência (ago 2020 a jan 2021)
28. Anna Paula Feminella - Servidora da Enap (Escola Nacional de Administração Pública), Coordenadora do setorial de pessoas com deficiência do PT DF e Coordenadora do Coletivo de Trabalhadoras e Trabalhadores com Deficiência da CUT DF
29. Daiane Mantoanelli - Assistente social, ex conselheira do CONADE
30. Gislana Maria do Socorro Monte do Vale - Doutoranda em psicologia UFF, mestre em avaliação de políticas públicas UFC, coordenadora executiva nacional do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas – MBMC
31. Izabel de Loureiro Maior, médica, professora aposentada da Faculdade de Medicina da UFRJ e ex-secretária nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2002-2010. Integrante de Grupo Técnico Especializado (GTE), no âmbito do GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência
32. Lailah Vasconcelos de Oliveira Vilela - Auditora-Fiscal do Trabalho. Médica do Trabalho. Integrante do Projeto Pessoas com Deficiência e Reabilitados (MG) e integrante do Grupo Técnico Interinstitucional - GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência desde 2007
33. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Integrante de Grupo Técnico Especializado (GTE), no âmbito do GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência
34. Luciana Xavier Sans de Carvalho - Auditora-Fiscal do Trabalho e Coordenadora dos Projetos de Fiscalização da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Reabilitadas, Aprendizagem Profissional e Combate ao Trabalho Infantil (SC) e ex representante do CONADE
35. Luciano Ambrósio Campos - Assessor do Senador Paulo Paim
36. Március Alves Crispim - Analista Técnico de Políticas Sociais - Ex-Diretor de Gestão e Relações Interinstitucionais da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Integrante do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência

37. Miguel Abud Marcelino - Médico, professor e pesquisador do Núcleo de Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social - Nippis (Fiocruz & Unifase). Integrante de Grupo Técnico Especializado (GTE), no âmbito do GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência
38. Patrícia Siqueira Silveira - Auditora-Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Projeto de Fiscalização da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Reabilitadas (MG). Integrante de Grupo Técnico Especializado (GTE), no âmbito do GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência
39. Paulo Sérgio Suldovski - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Santa Catarina
40. Rafael Gíguer - Auditor Fiscal do Trabalho, especialista em Acessibilidade e Direitos, ex representante do CONADE
41. Tatiana Carvalho Cavati - Assistente Social do INSS. Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais
42. Wederson Santos - Assistente social do INSS, professor universitário e ex-coordenador geral de promoção dos direitos das pessoas com deficiência da SDH. Integrante de Grupo Técnico Especializado (GTE), no âmbito do GTI sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência